

Os empresários Abílio dos Santos Diniz, superintendente do Grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Monetário Nacional, e Mário Garnero, presidente do Brasilinvest e do Fórum das Américas, e o vice-presidente do Banco Itaú, ex-secretário das Finanças do Município de São Paulo, Sérgio Silva de Freitas, discutiram em mesa-redonda realizada pelo *Jornal da Tarde* questões relacionadas com a dívida externa brasileira. Os três participaram, em caráter privado, da reunião do Fundo Monetário Internacional realizada em setembro, em Washington, durante a qual conheceram o pensamento dos credores externos.

Sua conclusão principal — unânime — é a de que o Brasil precisa urgentemente de um plano global, a curto prazo, para readquirir condições de negociar com a comunidade financeira internacional. Esse plano é essencial para permitir o aprofundamento da negociação política da dívida externa brasileira, que já começou, embora timidamente, com a extensão dos prazos de resgate e de carência, mas só para o que está sendo negociado este ano.

Da mesa-redonda participaram, pelo *Jornal da Tarde*, o comentarista Celso Ming, os repórteres Fábio Pahim Jr. e Miguel Ângelo Fílligues e o editorialista Marco Antonio Rocha.

O debate

JT — Os srs. Abílio Diniz, Mário Garnero e Sérgio de Freitas estiveram presentes à reunião do Fundo Monetário, que se realizou em Washington no mês passado. Após essa reunião, criou-se um clima talvez mais favorável com relação ao Brasil, mas sobre o qual ainda persistem dúvidas. Uma é quanto ao presente — como será feita essa segunda renegociação, de que coisas depende e, depois, as consequências da segunda renegociação para a política econômica, em especial para uma expectativa de normalização econômica. A idéia é avaliar a reunião do Fundo e as suas consequências para o Brasil.

SÉRGIO DE FREITAS — A reunião do Fundo, em contraste com a de Toronto, ocorreu num clima de muito mais tranquilidade. Em Toronto havia a ameaça de um cataclismo no sistema financeiro internacional que, pelo menos durante os últimos 12 meses, se conseguiu evitar. É uma série de situações — que na época pareciam quase que irremediavelmente críticas, como a da Argentina e a do México — foram revertidas. No caso do México, considera-se inclusive que já se atingiu uma recuperação bastante satisfatória. O que para nós ficou desagradável na última reunião é que o pior passou a ser o brasileiro, como último grande caso pro-

cupante. Talvez o ponto máximo do encontro tenha sido exatamente a reunião do Fundo com outras autoridades financeiras internacionais e altos dirigentes de bancos privados sobre o Brasil, onde se definiu um programa para o caso brasileiro.

JT — Aliás, a propósito, Sérgio, não sei se isto é verdade — o Abílio conhece bem a história do FMI e o Mário também —, mas pelo que podemos apurar lá, em conversas, assim, superficiais, isso é um caso inédito: é a primeira vez que, dentro da assembléia do FMI, o diretor-gerente do Fundo convoca e participa de uma reunião especificamente para tratar do caso de um país-membro.

FREITAS — O caso brasileiro tinha atingido realmente uma proporção fantástica, com prazos muito curtos de solução. E a reunião, no meu entender, era a providência cabível para o tempo e para a dimensão do problema.

ABÍLIO DINIZ — O clima dessa reunião de 1983 foi, sem dúvida nenhuma, muitos menos tenso do que o de 82, quando tinha ocorrido a quebra do México. O Sérgio tem toda a razão. Nós passamos a ser considerados, pela comunidade financeira internacional e pelo Fundo, o principal problema em termos dos países devedores.

JT — Isso aí, na sua opinião, é bom ou é ruim?

MÁRIO GARNERO — é real.

DINIZ — Eu não diria que seria nem bom e nem ruim. O Mário tem razão: é uma verdade.

Agora, até certo ponto, quando todos estão com os olhos voltados para nós, estão adotando uma posição muito clara. Aham que todos os países devedores têm uma tendência de promover os seus ajustes com o mínimo possível de consequências ou de prejuízos sociais internos, dentro do país.

JT — O Sérgio, quando fez o balanço sobre o que achou da reunião, comparou-a com a de Toronto. Nós perguntaríamos a você se uma das diferenças entre as duas reuniões é a introdução desse tipo de visão que teve agora, essa compreensão de que, em última análise, esse problema só terá uma saída política. Essa compreensão me parece que não existia em Toronto. A visão era estritamente financeira.

FREITAS — Em Toronto o problema estava acabando de emergir.

Agora começou-se a ensaiar soluções que eu chamo de políticas. Você chama de financeira e eu estou chamando de dois tipos de soluções: as estritamente comerciais e as políticas. As comerciais são — discutir um novo jumbo, verificar o fluxo de caixa, se os ban-



O Brasil precisa de um plano global para renegociar a dívida

cos entram ou não entram, torce o braço de uns lá e eles acabam entrando, etc. Solução política é aquela na qual você, usando o seu prestígio de nação, o seu relacionamento dentro do mundo ocidental, força a solução comercial em termos de prazo, em termos de condições.

JT — Força soluções fora das praxes?

FREITAS — Força soluções fora das praxes comerciais, que permitam ao País, internamente, menor sacrifício da sua população, nos primeiros tempos, ganhando maior prazo para sair do problema grave em que se encontra. Acho que realmente começou-se, no momento, a trabalhar dentro desse plano. É um jogo muito perigoso, que não pode ser jogado impensadamente. A Argentina jogou, no plano militar, pesadamente com a Inglaterra e perdeu, porque a Inglaterra lançou uma esquadra e ganhou a guerra rapidamente. Eu acho que nós não devemos agora, no plano econômico e financeiro...

JT — ...fazer uma Malvinas.

FREITAS — Exatamente. Ter uma ação de aparente grande força contra o mundo financeiro e econômico e depois sofrermos as consequências disso, que se farão sentir por gerações. Eu acho que realmente as coisas mudaram. Já se fala agora em cinco anos de carência, em nove anos de prazo, em melhores condições de juros. Acho que devemos usar nosso peso específico. Parece que do lado de lá há receptividade para isso.

JT — Parece claro que tanto o Mário quanto o Sérgio estão dizendo que é preciso se encontrar uma saída política. Agora, isso ainda não

se traduziu em praxes contratuais.

FREITAS — O novo dinheiro que receberemos já é uma solução política. Nenhum banco está dando novos recursos — já desde o ano passado — ao Brasil porque quer. É um compromisso político.

JT — O poder de barganha do Brasil é a própria dívida?

FREITAS — Sem dúvida nenhuma, é um dos instrumentos. O outro é que nós somos uma grande nação, que exportamos e importamos.

GARNERO — Com mercado externo e mercado interno, com 45 bilhões de importações e exportações.

DINIZ — Mas o que acontece depois do final de 1984? Quer dizer, nós estamos agora traçando metas para 84 — que já é, em termos de Brasil, um certo avanço —, mas agora se coloca o seguinte: o que vai acontecer em 85, 86, 87 e 88? Indaga-se: "Vocês têm condição de pagar a dívida, de pelo menos ter saldos positivos em contas correntes? Qual é o caminho que vocês vão perseguir para que — esta inclusive é a posição dos banqueiros — cada dólar que eu coloco no País não passe a virar imediatamente coisa de 40 ou 50 cents, que é como está acontecendo agora?" Então como é que vocês saem disso? Eu acho que essa preocupação deles tem que ser a nossa também, não apenas porque nós queremos pagar a dívida. Eu acho que deve ser um objetivo; todo mundo que deve precisa procurar pagar. Porém, essa é a nossa viabilização. Aí está contido o destino do País, o rumo que o País vai seguir; o regime político que o País vai adotar ou vai continuar tendo.

É sobre isso que nós temos que nos concentrar. Porque você pode

fazer realmente o ajuste do Fundo, seguir o figurino, tomar os remédios amargos, mas você não viabiliza a coisa sem alguma medida de maior profundidade e você não tem nenhuma visão do que vai acontecer em 85, 86 e 87...

JT — Uma medida de maior profundidade não seria rever esses contratos da dívida, que são meio leoninos? Como é que é possível, por exemplo, prever uma estabilidade das taxas de juros internacionais se elas são flexíveis?

DINIZ — Da forma como as coisas estão colocadas eu acho muito difícil. Grande parte do spread que está sendo reduzido é sobre o reescalonamento do ano que vem. A diminuição é realmente muito pequena. A única coisa que está sendo feita é dar condições melhores no dinheiro novo que está entrando agora.

GARNERO — O problema da dívida externa e o problema interno do Brasil não serão resolvidos sem um programa coerente, interno e externamente. Agora, nós não podemos dizer que fizemos um programa coerente interno nem que fizemos um programa coerente externo ou vice-versa. Eu acho que foi uma incoerência geral de todo mundo. Primeiro, da magnitude desse débito todo que foi assumido; segundo, da maneira como nós nos apresentamos nos últimos três anos, com programas que mudaram a cada ano. Os sistemas todos que adotamos aqui no Brasil até agora têm mostrado clara inviabilidade de tratar do problema da inflação. O que nós estamos vendo hoje é uma convivência de estagnação e portanto desemprego crescente, com salários crescentes para menor número de pessoas. Ou seja, uma estagnação como jamais vimos no País, em tempo algum. Há aumento do desemprego, cuja repercussão normal numa economia desenvolvida seria a diminuição do salário real e portanto uma diminuição da inflação e depois uma volta do emprego. Mas está aumentando o desemprego. Está aumentando a massa salarial. Está aumentando a inflação. De modo que alguma coisa nesta equação brasileira não está dando certo. A sociedade tem de chegar a um denominador.

Não importa aos banqueiros internacionais ser 2.045, 2.342 ou o número que for. O que importa é um ato de vontade dizendo o seguinte: a direção que a sociedade brasileira vai tomar é tal. É preciso haver uma decisão da sociedade brasileira; isto é, do Congresso. E dizer o seguinte: "Não, realmente nós achamos que não pode ser uma inflação de 200% porque isso não é normal".

JT — Será que isso não tem alguma coisa a ver com a própria receita ortodoxa do Fundo? Para combater a inflação tem de ser, necessariamente, o caminho da recessão, sem levar em conta que a economia brasileira é muito peculiar?

GARNERO — O que está acontecendo é o seguinte: a economia brasileira é de tal forma peculiar que nós precisamos achar o tratamento para nós. Mas temos que achar rápido. Em 80 e 81 nós tentamos o supply side. Deu um déficit monumental nas contas correntes e quase inviabilizou o processo de desenvolvimento brasileiro em 81. Eu não estou advogando nenhum deles. Eu estou achando que nós precisamos encontrar uma solução.

JT — A economia brasileira apresenta peculiaridades que tornam certos parâmetros estabelecidos nos manuais inadequados para examinar realmente o seu comportamento. Suponhamos então um comitê formado pelos melhores sábios da FGV, do Fipe, dos institutos de economia no Brasil que se reunissem e definissem exatamente quais são essas peculiaridades e formulassem uma receita. Vocês acham que isso seria aceito pelo FMI? Como proposta?

FREITAS — Eu acho que se essa fórmula milagrosa pudesse ser conseguida, seria aceita. O objetivo do Fundo é o equilíbrio das contas externas e internas. O objetivo não é recessão. O objetivo dele é o equilíbrio das duas contas. Eu não tenho a menor dúvida de que seria aceito.

Mas nós vimos que quando o Fundo entrou aqui no Brasil, nós não tínhamos informações. E precisou-se dos números. E nós tivemos que botar os números na mesa. Ninguém tinha números sobre as dívidas do setor público. Nem do central, nem do descentralizado, nem de Estados e Municípios. Nem as dívidas externas estavam adequadamente consolidadas. Nem base monetária, nem ativos monetários líquidos. Realmente havia uma absoluta falta de informações econômicas. E programa econômico sem informação econômica...

GARNERO — Para haver um esquema geral de liquidação dessa dívida é preciso haver duas coisas. Primeiro os credores precisam ver que nós não vamos pagar essa dívida no prazo que aí está. Isso não tem jeito e não há condição de se pagar.

Eu dividiria em duas etapas a renegociação externa. A primeira vai até o final deste governo, porque a negociação a longo prazo deverá esperar até um novo governo. Ou pode ser que saia até esta outra aqui, de cinco anos com mais nove, que aliás mais de um ano atrás já se pressentia que era viável fazer. Sobre a questão dos juros eu não acho que seja uma ilusão. Acho que está maturando e poderia ser talvez a terceira etapa. Na primeira etapa não temos fôlego para pagar os compromissos. Então temos que rolar em curtíssimo prazo, depois a médio prazo e quando rolar-mos o outro talvez surja a solução a médio prazo. A Alemanha, no final da guerra, teve um rescalonamento e lançou bônus todos no mercado, há 25 anos, com 7% de juros. A Inglaterra também lançou. Há um certo momento em que credores e devedores têm de acertar dentro da possibilidade, da viabilidade de pagamento.

Se você apresentar um programa coerente de recuperação do programa

ja uma visão de conjunto, a coisa torna-se mais palpável. E importante que a sociedade brasileira através do governo e do Congresso sente-se e elabore um plano de médio prazo.

DINIZ — É preciso, dar ênfase nisso. Se você tiver realmente um plano de médio e longo prazo que possa apresentar lá fora, eu acho que pode ser conversado até com o Fundo. Mas sem esse programa você não vai conseguir fazer um reescalonamento da dívida. Dificuldade, no momento, é sonhar com baixas de taxas de juros, dada a situação da economia brasileira.

FREITAS — Acho indiscutível que precisamos ter um projeto de Brasil de médio prazo e longo prazo. Mesmo porque vamos sobreviver e é preciso saber como. Mas acontece que vivemos, desde dezembro do ano passado, uma sucessão de crises.

Tivemos a eleição e logo depois quebramos. Fomos ao Fundo. Fizemos uma primeira carta de intenção. Em fevereiro, contrariamente aquilo que havíamos escrito, no fim de dezembro Demorou 47 dias, o Brasil alterou completamente sua política econômica, fez uma máxi, escreveu uma nova carta de intenção. Quando chegou em maio já se verificou que essa carta de intenção escrita em fevereiro não tinha validade nenhuma. Veio uma missão do Fundo em junho. No fim de junho essa missão preparou junto com o governo brasileiro um novo programa. Quando a missão pegava o avião para os Estados Unidos, o índice de inflação de junho, que havia estourado, mostrava que o programa que acabava de ser feito, nem a tinta ainda estava seca, era novamente inviável. O Brasil novamente se debruça numa crise. Vem a missão. Leva mais dois ou três meses aqui dentro, vai e não vai, acabamos de assinar uma nova carta de intenção que ainda tem uma porção de dívidas.

DINIZ — O Brasil realmente viveu em 1983 uma série de crises que eu diria até mensais, se não bimensais. E não teve nenhuma oportunidade de traçar nenhum programa de médio prazo. Eu acredito, efetivamente, que nós, no ano que vem, tenhamos — se ultrapassarmos e deveremos ultrapassar a crise no fim desse ano — a oportunidade de traçar um projeto meio político e meio comercial.

GARNERO — Realmente, nós estamos vivendo há um ano e meio ou dois anos um problema de caixa. O Brasil é viável em termos de 25 anos, em termos de acomodar esse problema externo ou não é? E eu acho sinceramente, com todos os exercícios matemáticos, se nós estabelecermos aqui um programa interno bem organizado, o problema da dívida externa é até secundário. Eu não acho nem de longe que seja o maior problema nacional. Continuo achando que o maior problema nacional é o da inflação. O problema nacional é essa desagregação que nós estamos tendo no aspecto governativo. Quando falo governativo não é só governo federal. É tudo. Você tem 500 mil empregados numa campanha eleitoral. Isso não há país no mundo que agüente. O Brasil se liberou. Teve uma bomba — a do Riocentro — que matou quem jogou. Na Espanha você teve um problema seriíssimo de instabilidade e o Juan Carlos surge como o grande líder democrático do mundo ocidental. E o Brasil não capitalizou absolutamente nada. Tem fora ainda uma imagem de uma ditadura absolutamente fechada.

JT — Gostariamos de saber a opinião de cada um considerando que o problema fundamental é a inflação. Qual a possibilidade efetiva de controlá-la

FREITAS — Eu acho que o programa vai ser executado. Em várias ocasiões acreditei que estivessemos em vias de entrar numa inflação declinante e me senti frustrado. Dessa vez acho que temos como opção uma situação tão caótica que a inflação deverá declinar. Se não declinar fica até difícil discutir. Eu, efetivamente, acredito que com o conjunto de providências que estão sendo, no momento, alinhavadas, e que evidentemente são de extraordinários sacrifícios para a população, que nós estamos entrando nessa fase.

DINIZ — Nos próximos três meses, um horizonte razoável para a gente visualizar, segundo os planos que nós temos e os programas que nós temos, comparativamente com os três últimos que passaram, a inflação deverá ser consideravelmente menor. A pressão dos preços agrícolas deverá diminuir sensivelmente. Há uma preocupação muito grande ainda em relação aos serviços públicos, que estão com um reajuste na ordem de aproximadamente 75% nesse ano, contra uma inflação de 130 e qualquer coisa. Vai haver uma pressão do setor público. E haverá também uma pressão, ao meu ver, de alguns setores industriais, que ainda não conseguiram reajustar os seus preços, próximos ao nível de inflação.

GARNERO — Não queria fazer uma previsão. Só queria notar talvez uma coisa que me parece que está ficando clara aqui. Nós pensamos por um longo período que fosse possível fazer um grande crescimento econômico com uma grande inflação. Chegamos à conclusão de que não dá para ser feito dessa forma. Segundo, me parece importante, e todo mundo está vendo, que não são as medidas de controle à inflação que são dolorosas. Quem está causando esse desconforto todo que está aí, de problemas de desemprego e tudo isso, é a inflação em si. Está havendo um convencimento de que não é possível mais haver nem estabilidade social e nem política com uma inflação nesses níveis. Acho que isso é uma primeira parte de um convencimento dos órgãos políticos, e agora inclusive do próprio Congresso, da opinião pública, que devem levar a uma mudança do comportamento brasileiro diante da inflação. Sem isso eu não acredito que caia a inflação. Se o povo brasileiro não acreditar que ela é o maior inimigo, não há medida econômica que faça cair essa inflação no Brasil.